



Capitães de areia: reflexões acerca da invisibilidade de crianças e jovens em situação de abandono e violências

Ana Cláudia Magnani Delle Piagge

Resumo: As violências que incidem sobre as infâncias é o foco desse artigo. Para compreendê-las buscou-se, no filme “Capitães da Areia”, visualizar a relação existente entre crianças, desigualdades sociais, racismos e o medo, na conformação da situação de abandono e violências em que sobrevive grande parte das infâncias brasileiras. Nosso texto apresenta e discute o local social, o impacto das mídias e utiliza dados estatísticos para explicar as violências como fenômeno multicausal, impactado por construções histórico-sociais racistas e preconceituosas.

Palavras-chave: infância marginalizada; identidades; abandono; violências; invisibilidade; escola.

1.Introdução

Crianças ladronas!

Com essa manchete, o escritor Jorge Amado começa sua obra fictícia – Capitães da Areia. Publicada em 1937, causou grande alvoroço por expor, de forma poderosa, a realidade rude e ofensiva em que viviam crianças e jovens em situação de rua, na cidade de Salvador. A polícia, sob a chefia do interventor do Estado Novo no Estado da Bahia, apreendeu e queimou 808 exemplares do livro Capitães da Areia, entre outros. Essa foi a obra mais atingida de Jorge Amado, autor considerado: “simpatizante do credo comunista”.

Jorge Amado retratou, de forma tocante em suas linhas, um grupo de meninos residentes em um trapiche abandonado, que vivem entre aplicar golpes e praticar pequenos furtos. O autor não

demonstra compaixão pelo abandono deles, ao contrário, os retrata, de forma íntima, como meninos repletos de força, ânimo, inteligência e dedicação, apesar da situação de carência em que vivem.

Para Pedro Eloi Rech,

Entre os livros de Jorge Amado o mais queimado foi *Capitães da areia*. Por que exatamente este livro teria atraído tanto a ira dos autoritários censores? É que o livro é dedicado aos meninos abandonados de Salvador, que se reuniam em torno de um trapiche abandonado, na região do cais de Salvador. Os meninos eram o terror da cidade. Jorge os descreve, mostrando profunda simpatia por eles, mostrando que, se assim agiam, era exclusivamente porque a sociedade lhes negava todos os meios de sobrevivência. O livro é também uma descrição de toda a violência que contra os meninos é empregada pela polícia e pelo reformatório dos meninos, onde eram trancados, quando flagrados (RECH, 2013, s/p).

No livro, Jorge Amado relata, a história de um grupo de meninos abandonados, a maioria órfãos, que veem, na rua, a única forma de sobrevivência. Cada um tem sua história distinta, ao mesmo tempo em que compartilham sonhos, dores e aflições. A sociedade da época não os reconhece, discriminando-os como marginais, mantendo-os a margem da “boa” sociedade.

Interessante notar, pelo relato, que a sociedade não os vê como “crianças abandonadas”, mas como, pessoas independentes e problemáticas.

O enredo é forte ao expor a cumplicidade existente entre os garotos e a forma como eles têm consciência da necessidade de companheirismo para sobreviverem as suas aventuras. Aventuras essas, tratadas muitas vezes como “brincadeiras” que revelam o lado infantil dos meninos em trânsito para a vida adulta. Atitudes de carência e de raiva ocupam o mesmo espaço. Infantilidades. E, mesmo com toda essa meninice, eles são conscientes de sua força, renegando e enfrentando a sociedade que os repele.

Jorge Amado encerra seu livro com as crianças transformadas em jovens adultos, cada um partindo em busca de seu sonho. Mas, o autor, não encerrou sua obra, pois deixou em aberto o incômodo, para o debate: existem crianças e jovens em situação de abandono, negligenciados pela sociedade. Não à toa foi tão execrado em sua época. Amado teve a coragem de expor as incapacidades de dois pilares da sociedade em lidar com essa temática: a família e o Estado.

Mesmo tendo sido publicada em 1937, a obra se mantém atual, à medida em que traz à tona, mesmo que de forma literária, problemas sociais enfrentados na atualidade.

O filme? Uma explosão de verdades e emoções. Os sentimentos expressos através dos olhares dos meninos, permitem, a quem assiste, se aproximar da realidade vivenciada por eles. A direção sensível e desafiadora, de adaptar às telas a obra de Jorge Amado, é de sua neta, Cecília Amado. A trilha sonora, que envolve e conduz toda trama, é de Carlinhos Brown.

Mas, porque esse filme, sendo uma obra de Jorge Amado, não traz a explosão de sensualidade, marca impressa em suas outras obras adaptadas? Talvez, porque Cecília, como o avô, tenha se apercebido que a riqueza das individualidades, presentes na obra, seriam muito mais interessantes e envolventes que a pura sensualidade, na condução da história. E, que, na diversidade de histórias presentes na obra, a discussão crítica da sociedade baiana dos anos 30, possibilitasse a reflexão sobre a sociedade atual.

Devemos dizer, essa obra é assustadoramente atual!

Entendendo que a arte tem por papel ir para além das certezas, *Capitães da areia* se propõe a desafiar as normas estabelecidas, desvelando as infâncias marginalizadas, possibilitando percorrer as instâncias que antecedem os atos. As questões levantadas pela obra vão além das falas de seus personagens. Descortinam a sociedade. Promovem o surgimento do incômodo, em quem se propõe a um olhar crítico sobre a obra de Jorge Amado. Que juventudes são essas retratadas por sua obra? Malandra, audaciosa, com má índole ou não punida adequadamente? As infâncias e os jovens retratados pelo autor, desafiam a sociedade à medida em que se revelam, fruto desta.

Para desenvolvermos nossa reflexão, escolhemos dividir esse texto em quatro tópicos: no primeiro iremos tecer uma breve consideração sobre os espaços que são ocupados pelas infâncias brasileiras na tessitura social; no segundo faremos considerações acerca do cinema utilizado como ferramenta pedagógica; no terceiro consideraremos a influência da tecnologia sobre a forma como vemos a criança e no último, proporemos uma discussão sobre violência a partir da leitura do texto *Pedagogia da crueldade: racismo e extermínio da juventude negra*.

Escolhemos esse percurso para refletir sobre a temática que nos suscita o filme *Capitães da areia*. Entendemos que se torna necessário evidenciar que ao olharmos para a realidade das violências infantis brasileiras, primeiro precisamos compreender que o desenvolvimento dessas crianças ocorre na interação com os territórios no quais encontram-se inseridas e, mesmo tendo identidades e culturas próprias, muitas vezes, o meio social se torna contraditório ao sustentar um discurso universalizante de infância, gerando conflitos ao compreender esses corpos.

2. O lugar das infâncias brasileiras

Espiando para dentro do lugar ocupado pelas crianças, no contexto social, notamos que, muitas vezes, se torna diferente das expectativas que a sociedade tem para elas, que o imagina como oportuno para o brincar e o sonhar. Um território perfeito e fictício concebido a partir das expectativas de um mundo adulto.

Mas, na realidade o lugar ocupado pelas crianças é um espaço de diásporas, de convergências, como entendem as autoras Abramowicz e Rodrigues (2014, P. 472): [...] espaços locais que atravessam todos os lugares de maneira imanente, de forma que os grupos sociais – não só os migrantes, mas os que são excluídos – infletem os espaços/territórios tornando-os “o seu lugar”. O Território ocupado se torna lugar de diferenças e o conceito de cultura perde “aquilo que se pretendia evidenciar: singularidades” (Abramowicz E Rodrigues, 2014, p.472).

Partindo dessa concepção, podemos apontar que a infância brasileira ocupa um espaço de diásporas, no qual as identidades convergem e se encontram, colidindo de forma a forjar uma cultura própria. Uma cultura que deveria tornar evidente as singularidades das crianças que a compõe, e ser capaz de proporcionar uma autorização discursiva a todos esses sujeitos. Uma construção capaz de abarcar as diferenças, sejam elas sociais, étnicas ou de gênero.

Mas, o que se torna evidente para aqueles que buscam observar e refletir acerca dessas infâncias é de que a nossa visão foi deturpada a partir de uma interpretação da infância como sendo única e universal, negando as singularidades, os temas fraturantes que as atravessam e as especificidades das crianças que a compõem. Além disto, o conceito traz associado a si, padrões de normatização que induzem a ideia de infância ideal, afastando o conceito da realidade.

Esse sentimento de universalidade produz uma autorização discursiva para as crianças que se encaixam em suas normas, ao mesmo tempo, em que produz negação e invisibilidade para as outras. Os discursos naturalizantes produzem a impressão de neutralidade imparcial quando, na verdade, reproduzem privilégios que oprimem os grupos sociais subalternizados. Esses resquícios de uma herança colonial construíram uma visão hegemônica de mundo que norteia a estruturação da sociedade brasileira, produzindo choque ou negação, ao se deparar com o que foge aos seus padrões.

Então, devemos dizer que as crianças brasileiras vivenciam experiências diversas, de acordo com a cultura, espaço e tempo que ocupam, configurando, assim, infâncias plurais. Para além disso, são impactadas por situações econômicas, sociais, sexuais, de gênero e raciais, produzindo inúmeras variáveis.

Dessa forma, é correto dizer que as crianças no Brasil ocupam diferentes territórios, podendo ser vistas habitando casas, edifícios, favelas ou as ruas. Algumas crianças brincam; outras são forçadas a trabalhar. Apesar de ser garantido por lei, nem todas ocupam os bancos escolares; ou mesmo, entre aquelas que os ocupam, inúmeras são as crianças que não se mantêm na escola por tempo suficiente para completar sua formação. Muitas crianças se alimentam; outras tantas passam fome. Existem crianças que frequentam ambientes de shoppings, outras sobrevivem invisíveis, nas sarjetas. Muitas roubam, outras mendigam, algumas se drogam. A prostituição, também, está presente na realidade de muitas crianças, há crianças que são violentadas. A sociedade pode “paparicar” ou invisibilizar as crianças. Podemos as ver em todos os espaços da sociedade, mesmo naqueles que não são adequados a elas. Sendo crianças ou tendo sua infância negada.

Dessa forma, torna-se evidente conceber o espaço como influenciador na formação das identidades de crianças, pois são nesses locais que as experiências são proporcionadas ou são negadas. Territórios capazes de influenciar corpos, proporcionando oportunidades ou reproduzindo lacunas sociais.

Se o lugar é uma consequência da sociedade que o ocupa, e a identidade da criança é forjada a partir de suas interações nesses espaços, como garantir que todas as crianças tenham a possibilidade de construir identidades fortalecidas mesmo em meio a situações de pobreza e violência?

Devemos compreender que identidades fortalecidas são dispositivos de poder. São marcadores de diferenças, possibilitando, ou não, acesso a outros lugares. Ao mesmo tempo, os territórios são sujeitos a conflitos, tanto internos como externos a eles. E isso faz com que as crianças se tornem sujeitas a esses conflitos.

Sendo o limite aquilo que possibilita as coisas serem, o espaço define-se como o que se faz caber num limite. E essa regulamentação dá-se por constituição de lugares através das coisas, por localizações. Onde “os espaços recebem o seu ser dos lugares e não do espaço” (SODRÉ, 1988, p.21).

Dessa forma, essa questão de um grupo ser superior ao outro, de acordo com o espaço ocupado, é uma justificativa mentirosa para explorar e dominar. Enfraquecendo identidades, roubando-lhes possibilidades, subalternizando pessoas.

A verdade é que a sociedade brasileira se constituiu a partir da garantia de privilégios para uma classe e da inferiorização e dependência de outra. Dessa forma, em uma hierarquia de classes, as classes superiores teriam garantidas as suas vantagens e benefícios, enquanto as que ficassem nos extratos inferiores seriam fadadas a se manterem em um abismo de desigualdades. Essa assimetria

produzida, para além de outras questões, pelo território, marginaliza determinada camada da população.

Herdamos, na contemporaneidade, as mazelas de uma estrutura hierárquica estabelecida, pensada para justificar a exploração e a discriminação das classes subalternas. Valorizando os espaços e a cultura produzida pelas classes ricas e dominantes, ao mesmo tempo em que se desqualifica todo espaço e cultura produzida pela população pobre, inferiorizando-a.

3.Cinema e Educação

O cinema participa da história não só como técnica, mas também como arte e ideologia. Ele cria ficção e realidades históricas e produz memória. É ele um registro que implica mais que uma maneira de filmar, por ser uma maneira de reconstruir, de recriar a vida, podendo dela extrair-se tudo que se quiser. E por ser assim, tal como a literatura, a pintura e a música, o cinema deve ser um meio de explorarmos os problemas mais complexos do nosso tempo e da nossa existência, expondo e interrogando a realidade, em vez de obscurecê-la ou de a ela nos submetermos (TEIXEIRA e LOPES, 2007, p.10).

Cinema e Educação. Uma proposta de interdisciplinaridade, que surge nos anos 70, como uma pedagogia capaz de “religar os saberes”. Os conteúdos pedagógicos explicados a partir de filmes, possibilitam ao aluno, a compreensão ampla da temática, que envolve desde a história, as regras de convívio social, a realidade na qual estão inseridos os fatos, além de proporcionar a experiência estética.

O cinema contribui para a aprendizagem pedagógica, por promover uma visão ampla e compreensiva acerca da sociedade em que vivemos. Podemos dizer que o cinema e a educação sofreram mudanças em suas linguagens, no decorrer do tempo, mas ambos conservam a possibilidade de diálogo, na medida em que um corrobora com a outra, em sua função de formar sujeitos reflexivos.

No âmbito da obra “Capitães da areia”, podemos notar as diferenças nas falas que expõem gírias de uma outra época, que não mais fazem parte do dicionário atual. Porém, os problemas de abandono e marginalidade, expostos de forma contundente na obra, contribuem para a desconstrução da visão criminosa que é atribuída às crianças que vivem em situação de rua, mesmo referindo-se a outro contexto histórico. O filme possibilita observar as discrepâncias sociais através da história,

refletindo sobre a construção de lugares sociais estabelecidos. Para além disso, a obra expõe o despreparo da sociedade em lidar com a infância que sobrevive nas margens da sociedade, possibilitando a discussão sobre as questões que conduzem a criança a essa situação.

Assim, o cinema pode oferecer uma visão ampla, permitindo um raciocínio abrangente para questões que perdem sua potência quando discutidas somente a partir de seu âmbito teórico.

O cinema se torna uma ferramenta valiosa para que a educação possa cumprir seu papel emancipador, no sentido de possibilitar aos alunos uma compreensão ampla da realidade social

4. A influência da tecnologia na construção de uma concepção de violência

Questão fundamental a ser discutida quando a temática é Infâncias, as violências permeiam as relações e muitas vezes infringem o direito à vida das crianças. Produzidas e reproduzidas socialmente, as violências geram o acirramento das desigualdades.

Quando falamos sobre as violências a que estão expostas crianças, nos referimos, para além de agressões físicas e psicológicas, as violências sociais e econômicas a que estão submetidas milhares de crianças pelo Brasil. Entre elas podemos citar o abandono, a miséria, a fome, a negligência, o preconceito e o racismo.

Violências, que no imaginário social se constituem em uma ideologia de dominação. Controle social. Uma ideologia que foi construída lentamente, ao longo dos séculos da nossa história, interligada historicamente nas relações de poder.

As violências fazem parte da identidade do povo, pois os elementos essenciais como os mitos, as explicações econômicas e a legitimação dos meios para a defesa das crenças estão presentes em nosso imaginário social. Para além disso, os meios de comunicação de massas – redes sociais, rádio, televisão – são os principais aliados na promoção de um distanciamento da realidade. Os meios tecnológicos tornam os indivíduos passivos espectadores, que encaram as violências a partir de uma tela.

Os interesses que se firmam por trás da transformação da violência cotidiana, perpetrada contra a criança, em mercadoria a ser consumida através das mídias, retira da notícia todo o constrangimento, transformando-o em produto padronizado a ser consumido de forma insensível. A massificação da violência, a torna um produto a ser utilizado rapidamente pela maioria das pessoas, num processo constante de alienação.

O termo cultura de massa foi cunhado pelos frankfurtianos, Adorno e Horkheimer, para representar os grandes grupos midiáticos, que através do controle dos meios de comunicação de massa, atingem o maior número de pessoas, ditando padrões de consumo e produzindo alheamento nas pessoas.

O desenvolvimento tecnológico promove a fragmentação da cultura, reduzindo em sua amplitude. Assim, a esperança de uma universalização da cultura torna-se uma nova forma, e mais refinada, de opressão. Os valores morais (o bom, o justo, e o belo) que deveriam se opor à violência, tornam-se significativos de uma forma íntima e pessoal, mas sem abarcar o compromisso de torná-los reais. Porque o que deveria ser justo passa a habitar o imaginário de um mundo cibernético, no qual as relações são compartimentadas e compactadas.

Por outro lado, as mídias têm um papel perverso de constranger as pessoas, produzindo um sentimento, momentâneo e efêmero, de adequação. Jacques Ellul (1968) compreende a técnica como ambivalente, pois produz, simultaneamente, e com a mesma intensidade, valores de sentidos opostos e que podem gerar conflitos. Logo, para além de ser um facilitador das relações estabelecidas socialmente, conformando-as; esse ambiente técnico pode, igualmente, desintegrar o convívio social.

Pierre Lévy percebe que, na tecnologia:

As verdadeiras relações, portanto, não são criadas entre “a” tecnologia (que seria da ordem da causa) e “a” cultura (que sofreria os efeitos), mas sim entre um grande número de atores humanos que inventam, produzem, utilizam e interpretam de diferentes formas a técnica (LÉVY, 1999, p.23).

Jacques Ellul (1968), nesse sentido, vai para além de considerar o meio tecnológico como produtor de mediações, puramente servindo como intermediário entre os indivíduos e, entre os indivíduos e os meios. Para o autor, esse ambiente produz, após seu uso, um efeito residual, que irá persistir mesmo após sua utilização. Esse fato facilita a compreensão de que a intervenção das relações, produzida pela técnica, ocorre tanto de forma ativa como de modo passivo.

Esse debate manifesta o entendimento de que o meio tecnológico vem produzindo mudanças em todos os âmbitos de nossa sociedade e, portanto, gerando mudanças no âmbito cultural. Contido dentro de dispositivos tecnológicos, o mundo se torna menor, rompendo fronteiras, mantendo tudo e todos em constante movimento. Fazendo com que a cultura se mantenha em constante reelaboração.

Com todas as mudanças culturais proporcionadas pela tecnologia, estamos vivendo, na contemporaneidade, uma mudança estrutural da sociedade. Está sendo tecido um novo modelo

social, que para Bauman (2005), traz uma problemática emergente: a produção de “refúgio humano”. Para o autor, o lixo e o excesso, são aliados nessa nova sociedade que produz enorme quantidade de conteúdos informacionais, mas, isentos de atributos humanos, como a confiança. Para Bauman, estamos transitando de um modelo de “Estado social” para um modelo de “Estado excludente”, voltado para o controle dos “produtos rejeitados”.

Bittencourt (2005) considera que, para Bauman, nesse novo modelo social “a ideia de eliminação não é um movimento negativo, mas um esforço positivo para organizar o ambiente” (p.351). Desse modo, o autor percebe que, para Bauman, uma das principais consequências da modernidade e, talvez, a mais perversa, seja a “crise aguda de remoção do lixo humano”.

Assim, estamos assistindo uma mudança no imaginário social, proporcionado pela transposição do mundo tecnológico no mundo social, que massifica as relações, conformando-as como mercadorias. Dessa forma, as relações entre seres humanos assumem a ilusória forma de “coisa”. Em um processo de desumanização, o ser humano coisificado ainda é um ser humano, e isso é um problema.

Portanto, a ideologia de dominação, para além de ser um conjunto de ideias que fraudam o ideário social para favorecer o controle e o poder; assume a forma de um ato violento de negação, de ruptura, no imaginário social, tornando muito mais difícil a sua compreensão.

5. A violência instituída contra a criança

Como contribuição para nossa reflexão acerca da violência a que está submetida parte da infância brasileira, trazemos o Dossiê Pedagogia da crueldade: racismo e extermínio da juventude negra, elaborado pelas pesquisadoras Nilma Lino Gomes e Ana Amélia de Paula Laborne, que se debruçaram sobre a temática, trazendo importantes contribuições para o estudo da violência

Se Bauman nos faz pensar que a sociedade contemporânea está encontrando dificuldade para lidar com indivíduos que não têm mais uma utilidade no atual contexto social, e busca formas para descartá-los, as autoras Gomes e Laborne apresentam outro enfoque para a mesma discussão, a de uma sociedade racista, que tem medo dos corpos gerados e abandonados pelo processo da escravização. Em seu trabalho, as autoras afirmam que “no Brasil, a cor do medo é negra!” (p.4), e consideram perversa a situação de extermínio a que está submetida a juventude negra brasileira.

Ambos os pesquisadores, Bauman e Gomes; Laborne, apresentam indivíduos coisificados, desprovidos de sua humanidade, por um modelo de sociedade que tem suas raízes firmadas no

medo que povoa o imaginário social. Para as autoras Gomes e Laborne (2018), o medo é um produto do racismo invisível e silencioso que existe no Brasil. Um racismo que tem por estratégia associar às pessoas negras a todo um imaginário negativo e violento. Como pontuam as autoras, “o racismo é violento e produz violência”.

Imbricado historicamente nas relações de poder, reeditado e acirrado pelo sistema capitalista, o racismo beneficia-se dos efeitos psicológicos que consegue produzir, principalmente, nas elites e na classe média. Um deles é o medo. As classes detentoras do poder econômico, político e midiático induzem grande parte da sociedade por meio dos meios de comunicação em massa, das igrejas fundamentalistas, dos seus representantes no Congresso Nacional, a se sentirem vítimas de determinados coletivos sociais diversos, ou seja, daqueles que foram ensinados a temer: os negros, os pobres, a população LGBT, os Sem Teto, entre outros. A esses coletivos são imputados todo tipo de crime, violência e distorção justificando os próprios atos de violência e a injustiça a eles dirigidos. E nessa neurose coletiva, parte da grande massa populacional brasileira passa a projetar no outro, no seu igual, um sentimento de medo que, na realidade, é o medo de si mesma (GOMES e LABORNE, 2018, p.13).

Medo que também é apontado por Bauman (2005) como importante ponto de discussão na temática das violências. O autor aponta o “medo do outro” como um sintoma das relações que vêm sendo tecidas na contemporaneidade. Os medos contemporâneos abalam as sensações, deteriorando a confiança, que segundo Bauman, seria uma base de sustentação das relações humanas. “Sem a confiança a rede de compromissos humanos se desfaz, tornando o mundo um lugar ainda mais perigoso e assustador” (p.115).

Nesse contexto de medo, jovens negros são considerados extermináveis, pois o corpo negro carrega as marcas que o classificam como perigoso. Dessa forma, devemos considerar que as infâncias negras estão submetidas à mesma situação.

Apoiando-se no relatório final da CPI Assassinato de Jovens, as autoras consideram que a violência contra a população negra não é uma construção do momento atual, mas um processo que vem sendo imposto desde a época da escravização. Relator da CPI citada pelas autoras, Farias, considera que:

[...] há um genocídio institucionalizado, sistemático, embora silencioso. Aí não entra nem uma figura de retórica nem um jogo político. [...] A abolição, por si mesma, não pôs fim, mas agravou o genocídio; ela própria intensificou-o nas áreas de vitalidade econômica, onde a mão-de-obra escrava ainda possuía utilidade. E, posteriormente, o

negro foi condenado à periferia da sociedade de classes, como se não pertencesse à ordem legal. O que expôs a um extermínio moral e cultural, que teve sequelas econômicas e demográficas (FARIAS, 2016, p.21).

Para as autoras, as violências, no Brasil, são atravessadas fortemente pelo fator raça, fato que confirma a existência do racismo processual, estrutural e cultural.

No primeiro tópico, denominado *O extermínio dos jovens negros: o que nos falam os dados estatísticos*, as autoras discutem a ideia da existência de uma perversa articulação entre racismo e vulnerabilidades sociais, fato comprovado por dados coletados pelo Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência 2017 (BRASIL, 2017).

Outro elemento indicado pelas autoras como dado pouco estudado é o recorte de gênero, que pela primeira vez no Índice de Vulnerabilidade “revela que as jovens negras, com idades entre 15 a 29 anos, tem 2,19 vezes mais chances de serem assassinadas no Brasil do que as brancas, na mesma faixa etária”.

O Atlas da Violência (2017), aponta que a violência letal ainda continua incidindo sobre a população negra. Todos esses dados contribuem, segundo Gomes e Laborne, para apontar a necessidade de se considerar os dados raça e cor, quando se elaboram políticas sociais. Só assim, efetivamente, caminharemos no sentido de formular políticas que tenham a intencionalidade de corrigir as desigualdades sociais.

Porém, as autoras se mostram frustradas ao constatar a forma como se conclui o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência, 2017, ao não apontar caminhos possíveis para a superação desse quadro. Dessa forma, as desigualdades constatadas tornam-se somente dados estatísticos, pois não estão articulados com políticas públicas e ações práticas de combate às disparidades e violências.

No segundo tópico do Dossiê Pedagogias da Crueldade: racismos e extermínio da juventude negra, *Algumas iniciativas de enfrentamento do problema*, a obra foca naquela que seria a forma ideal de combate a situações de violência física e simbólicas. O tópico inicia-se com a discussão sobre a necessidade de criação de situações de inclusão social e autonomia, como as ações reunidas no período de 2014 e 2015, no Plano Juventude Viva, coordenado pela Secretaria nacional de Juventude (SNJ) e pela secretaria de Políticas e Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR).

As autoras consideram que, como esse, outros planos desencadeiam discussões acerca das causas e consequências das situações de violência contra jovens, mas não oferecem conclusão.

É importante, nesse ponto, destacar a iniciativa da ONU, que no dia 07 de novembro de 2017, lançou no Brasil, a campanha “Vidas Negras”, pelo fim da violência contra a juventude negra. Para Gomes e Laborne, ao lançar a campanha, a ONU assume um posicionamento contra o racismo, como uma causa histórica da situação de violência a que a juventude negra está submetida.

No terceiro tópico do mesmo estudo, *Afinal, quais serão as causas do extermínio da juventude negra*, as autoras apresentam a violência como um fenômeno multicausal. Uma macro causa, que não está presente nas discussões sobre violência e tampouco é aprofundada pela educação: o racismo.

Retornando a citar a CPI da Câmara dos Deputados (2015), as autoras transcrevem um trecho da página 18, no qual o relator exprime que: “a vergonhosa quantidade de mortes dos afrodescendentes é o sintoma mais agudo de uma patologia social que sangra a dignidade brasileira, o racismo. Tal qual o mito da cordialidade, a ideia de que o nosso país vive uma democracia racial não resiste a uma análise séria”.

Outra citação, trazida pelas autoras, afirma que, uma “pesquisa realizada pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e pelo Senado Federal, revela que 56% da população brasileira concorda com a afirmação de que ‘a morte violenta de um jovem negro choca menos a sociedade do que a morte de um jovem branco’”.

No quarto tópico do texto, *A macrocausa do extermínio da juventude negra*, Gomes e Laborne (2018, p 12) nos apontam que a vida da juventude negra está,

[...] envolta em uma causa perversa que permeia todas as outras aqui discutidas, a saber, o racismo que persiste em nossa sociedade desde os tempos coloniais. Essa perversidade se esconde na sua suposta invisibilidade, visto que, uma das artimanhas do racismo, no Brasil, é se esconder. Ora ele se esconde atrás da questão de classe, ora do Estado, ora da vulnerabilidade, ora da pobreza. Um racismo estrutural, estruturante e ambíguo. A sua principal característica, é a capacidade de se afirmar através da sua própria negação.

É nesse contexto racista que a branquitude promove relações de poder desiguais, acentuando as desigualdades sociais. Quando se desenvolvem pesquisas para pensar políticas de combate a violência, nunca é pensado o “problema do branco” em se reconhecer como norma a partir da qual todos as outras raças devem ser medidas. Para as autoras, “o problema do negro só existe quando acreditamos que a sociedade deveria ser composta por brancos GOMES e LABORNE, 2018)”. As pesquisadoras trazem a citação de Schuman e Cardoso (2014), para nos situar no conceito de branquitude. Branquitude que expressa o lugar mais elevado na hierarquia de classes com

privilégios raciais simbólicos e materiais. Diante desse poder extraordinário, que a raça branca tomou para si, as outras raças se veem numa situação de vulnerabilidade e incertezas. Gomes e Laborne (2018) trabalham esses argumentos para pensar a tentativa de branqueamento da nação pós abolição, ou a defesa da existência de uma democracia racial, em uma nação composta predominantemente por negros e pardos.

Para as autoras, “[...] o ideal de branqueamento nasce do medo e como esse sentimento está na essência do preconceito e da representação que é feita da população negra” (GOMES e LABORNE, 2018, p.17).

No último tópico intitulado *Superar o racismo: nosso grande desafio*, Gomes e Laborne nos mostram como o racismo é estruturante dos padrões capitalistas de apropriação/expropriação do trabalho, da terra e do conhecimento. Ele se dá nas relações pessoais, nas instituições, está arraigado em nosso imaginário, práticas e nas estruturas sociais (p.20).

Finalizando o texto, as autoras apontam o racismo como “estrutural, estruturante e exterminador”. Pontuam que “a morte sempre esteve ao lado da população negra desde a infância. Morte e racismo. Morte e violência” (GOMES e LABORNE, 2018, p.22).

Dessa forma, entendemos que, para conseguir vencer a violência que se abate sobre a infância negra, é necessário confrontar o racismo estrutural e estruturante que permeia a nossa sociedade. E entender, junto com Gomes e Laborne (2018), que “o racismo se esconde em meio de tantos argumentos, causas e consequências, a ponto de ocupar, nas análises sobre extermínio e violência realizadas pelos diversos setores da sociedade e do Estado, um lugar secundário” (p.23).

Precisamos ter coragem. Coragem como demonstraram “Os Capitães da areia” em seu combate pela vida, nos trapiches da Bahia. “Essa coragem só poderia vir daqueles que desde crianças, veem a morte tão próxima e, mesmo assim, insistem em continuar vivendo e existindo” (GOMES e LABORNE, 2018, p.23).

Referências:

ADORNO, T. W. e HORKHEIMER, M. Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

AMADO, Jorge. Capitães da areia. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

- AZEVEDO, C. M. M. de. Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BAUMAN, Zygmunt. Vidas desperdiçadas. Tradução de Carlos Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BENEDITO, D. Os deserdados do destino: construção da identidade criminosa negra no Brasil. Revista Palmares Cultura Afro-Brasileira; 52: 63. Brasília, Fundação Palmares, 2005. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/sites/000/2/download/revista2/revista2-i52.pdf>.
- BITTENCOURT, J. B. M. Resenha de Vidas desperdiçadas. Cronos, Natal-RN, v.5/6, n.1/2, p.351 – 354, jan./dez. 2004/2005.
- BENTO, M. A. S. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, I. e BENTO, M. A. S. Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis, Vozes, p.25-57, 2002.
- BORGES PEREIRA, J. B. Racismo à brasileira. In: MUNANGA, K. (org.) Estratégias e políticas de combate à discriminação racial. São Paulo: Estação Ciência, p.75-79, 1996.
- BRASIL. IBGE. Pesquisa Nacional por amostra de domicílios, 2016. IBGE, 2016.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Governo. Índice de vulnerabilidade juvenil à violência 2017: desigualdade racial, municípios com mais de 100 mil habitantes. Secretaria de Governo da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. Comissão parlamentar de inquérito destinada a apurar as causas, razões, consequências, custos sociais e econômicos da violência, morte e desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil CPI – violência contra jovens negros e pobres. Brasília: Câmara dos Deputados, 2015.
- CERQUEIRA, D.; LIMA, R. S. de; BUENO, S. et al. Atlas da violência 2017. Rio de Janeiro: IPEA-FBSP, 2017.
- DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL (DEPEN). Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN, Brasília: Ministério da Justiça, 2014.
- ELLUL, J. A técnica e o desafio do século. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1968.
- FARIAS, L. (Relator). RELATÓRIO FINAL CPI Assassinato de jovens. Senado Federal. Brasília: 2016.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. Tradução de Carlos Irineu da costa. São Paulo: Ed. 34, 1999.

RECH, Pedro Eloi. Sobre a Queima de Livros. *Capitães da areia*. Jorge Amado. Disponível em: <http://www.blogdopedroeloi.com.br/2013/05/sobre-queima-de-livros-capitães-de.html>. Acessado em: 22/06/2019.

SCHUCMAN, L.; CARDOSO, L. Apresentação dossiê branquitude. *Revista da ABPN*. v.6, n.13, p. 5-7, mar. jun. 2014.

SODRÉ, Muniz. *O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira*. Petrópolis: Vozes. 1988.

TEIXEIRA, I. A. C. e LOPES, J. S. M. (org.). *A escola vai ao cinema*. Belo Horizonte: Autêntica. 2007.

Autora

Ana Cláudia Magnani Delle Piagge

Doutoranda em Educação pelo PPG em Educação Escolar pela UNESP FCLAr, ORCID:

<https://orcid.org/0000-0001-6108-6395>. CV: <https://lattes.cnpq.br/2387302997508294>. E-mail:

ana.magnani@unesp.br